

SÃO PAULO TRANSPORTE S/A Gerência de Auditoria Interna

Rua Boa Vista, 236, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01014-000 Telefone: (11) 3396-6862 - www.sptrans.com.br

> Ata de Reunião CONSELHO FISCAL Ata n° CF 005/22

Ata da Reunião do Conselho Fiscal da São Paulo Transporte S/A, realizada em 28 de abril de 2022.

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às dez horas, em atendimento às exigências contidas no Parágrafo Único do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia; aos Pronunciamentos manifestados e às Interpretações, Orientações e Revisões igualmente emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); às diretrizes estabelecidas no Artigo 163 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que rege as Sociedades Anônimas; e às regras instituídas pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, intitulada Lei das Estatais, reuniram-se, por meio de videoconferência, os Membros do Conselho Fiscal desta Companhia, que esta Ata subscrevem.

Pela competência e visando ao cumprimento da respectiva pauta, também participaram da reunião a Srta. Lúcia Helena Rodrigues Capela, Chefe de Gabinete da Presidência; Sr. Anderson Clayton Nogueira Maia, Diretor de Administração e de Infraestrutura; Sr. Maurício Lima Ferreira, Superintendente de Tecnologia da Informação; Sr. Claudio Roberto Rodrigues, representante da Gerência Contábil; Sra. Selma Quaresma da Silva, Superintendente Financeiro; Srs. Marcial Lopes Filho e Elian Rocha, representantes da empresa de Auditoria Externa Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S; Sra.Jesuina Florencio, Gerente de Auditoria Interna e os Srs. Pedro de Amorim Lopes e Sebastião Pereira Ramos, representantes da Auditoria Interna.

Pendência referente a reunião de março de 2022

· Atualização das informações sobre as providências visando à quitação de valores a receber junto à SMT. A Sra. Selma Quaresma esclareceu que foi emitido parecer favorável da PGM no sentido da inocorrência da prescrição; que o Processo SEI está na assessoria jurídica da SMT para revisão do seu posicionamento anterior, considerando o Parecer da PGM e, após homologação do entendimento pelo Sr. Secretário Executivo com o reconhecimento formal da dívida, passaremos efetivamente à etapa de negociação; que inicialmente a negociação se dará sem oferecer contrapartida pois não a temos no momento, porém, em momento próprio subsequente, se tivermos, ofereceremos contrapartida.

Fazendo uso da palavra a Srta. Lúcia Capela esclareceu que, hoje a prefeitura paga os precatórios da SPTrans e a Companhia contabiliza isso como crédito de acionistas, ou seja, a SPTrans fica devendo esse valor para a prefeitura então, quando chegar a etapa de negociação citada acima, possivelmente a SPTrans ofereça esses valores de precatórios que deve à prefeitura, pois ela pagou em nome da Companhia e, ai essa conta deve se equilibrar, quando será feita a liquidação por encontro de contas.

O colegiado entende como correta a idéia, pois haverá um efeito contábil positivo, pois, esses precatórios que a prefeitura paga em nome da SPTrans, geram um passivo da Companhia junto à prefeitura pesando em seu balanço e com esse encontro de contas esses valores negativos seriam retirados do balanço da SPTrans.

Por solicitação do colegiado, a Sra. Selma fez um breve retrospecto do caso aos representantes da Auditoria Externa esclarecendo que essas pendências são valores antigos, em ocasiões em que não havia contrato entre a SPTrans e o Município, e que a SPTrans tem a receber da prefeitura como indenização por serviços prestados e não pagos de anos anteriores; que todos os anos a companhia faz o pedido de cobrança desses valores à prefeitura através da nossa peça orçamentária, onde são citados esses valores e os números dos processos correspondentes e, ocasionalmente também encaminhamos ofício pedindo o reconhecimento dessa dívida; que no ano passado fizemos esse procedimento e SETRAM reconheceu apenas uma dívida no valor de 17 milhões e os outros processos não foram reconhecidos pois, entendeu que não seriam devidos e estariam prescritos; que ao contrário, a SPTrans entendendo que esses valores não estão prescritos elaborou parecer jurídico e solicitou à SETRAM que encaminhasse para a PGM para dirimir a controvérsia. A PGM também entendeu que os valores não estão prescritos; que é por isso que a SPTrans irá retomar a cobrança e havendo negativa do pagamento sem contrapartida, utilizaremos das ações explanadas pela Srta. Lúcia Capela.

Pauta para abril de 2022

1. Atualização sobre a evolução do processo de contratação do Data Center pela DG/STI, conforme solicitação do colegiado.

O Sr. Maurício efetuou apresentação com a retrospectiva do cronograma referente ao processo de contratação do Data Center e atualizando o seu andamento; que o Data Center é o sistema que abriga todos os serviços, dados, sistemas e transações eletrônicas referentes ao bilhete único; que esse serviço existe desde 2005 e a cada 05 anos a contratação deve ser renovada para que o sistema continue em pleno funcionamento; que estamos no quarto contrato emergencial e há a previsão de haver ainda o quinto e sexto contratos emergenciais antes que a licitação seja concluída, isto por conta da complexidade do sistema; que a partir do momento que a companhia tiver um novo Data Center, será necessário um prazo de pelo menos 06 meses para que seja efetuada a migração do sistema anterior para o novo que vai desde a aquisição de equipamentos novos até a preparação de ambiente, o que acaba postergando como mencionado, o início formal do contrato; que no momento estamos na etapa de pesquisa de preço, a qual foi iniciada em 11/04/22; que o termo de referência retornou para a realização de alguns ajustes pela equipe interna de TI, retornando após para continuidade do processo.

O Sr. Maurício, a título de elucidação para os novos conselheiros e convidados esclareceu que o contrato de Data Center era um grande contrato que englobava uma série de requisitos na primeira modelagem que é o que temos até agora; que ele tinha o serviços de Data Center, Banco de Dados, Segurança da Informação, BI- Business Intelligence, tudo dentro de uma única contratação; que esse edital foi publicado em 2021, salvo engano, e teve uma série de questionamentos pelo TCM e portanto a SPTrans recolheu esse edital e efetuou uma revisão; que desde que entrou há mais ou menos 07 meses na área, se debruçou juntamente com a sua equipe nesse grande contrato e fizeram uma nova modelagem separando alguns desses itens para tentar fazer essa nova contratação; que essa nova modelagem separa os objetos; que o objeto principal é a hospedagem de Data Center; que haverá uma outra contratação somente para Banco de Dados; que uma outra parte da contração será somente para Segurança da Informação e uma outra para Business Intelligence para análise de dados; que sendo assim, estão sendo executadas várias licitações, vários TR's e tomadas de preços ao mesmo tempo, de forma separada daquele objeto principal mas que, na verdade, mais na frente irão se compor como uma única grande estrutura para fazer funcionar o sistema de Data Center; que hoje, em abril, como já mencionado, efetuaram a alteração do TR por conta de uma placa de criptografia para transações eletrônicas que é usada pelo ministério da defesa dos EUA e que ficaríamos engessados se continuássemos a usá-la pois esse equipamento tecnológico necessita de autorização para sua utilização, sendo assim, foram ao mercado pesquisar e vislumbraram que instituições financeiras estão utilizando novas estruturas para

exercer suas atividades e tais inovações foram incorporadas no novo TR de Data Center para fazer uma transformação da bilhetagem eletrônica; que esse novo equipamento tem uma série de particularidades das quais não tinham pleno domínio; que hoje esse domínio está avançando; que no decorrer desse avanço notaram que faltava um componente desse equipamento para que ele funcionasse da forma adequada na nossa empresa, por isso foi feita a alteração no TR; que isso acabou adicionando uma contagem de mais 30 dias no prazo do cronograma, estendendo as demais fases subsequentes conforme descrito no cronograma ora apresentado; que a projeção é que do dia 21/11/22 a 21/12/22 já tenhamos um projeto executivo do novo Data Center e toda a formatação da sua estrutura; que em 2023, de 09/01/23 a 20/01/23 teríamos o período para efetuar uma revisão e aprovação do projeto executivo; que de 21/01/23 a 20/03/23, será um período para aquisição, instalação e homologação de equipamentos dentro do futuro Data Center, iniciando-se então o processo de migração dos sistemas entre 21/03/23 a 22/05/23; que dito isto, nesse momento estaremos chegando no final do sexto emergencial que irá de 20/12/2022 a 24/06/2023, portanto esperamos mesmo conseguir terminar todo esse processo sem necessitar de um novo contrato emergencial, finalizando sua apresentação atualizada.

O colegiado agradeceu a apresentação e os esclarecimentos do Sr. Maurício, esclarecendo que solicitou essa retrospectiva para conhecimento dos membros da Auditoria Externa e que, para as próximas reuniões, o Sr. Maurício trará apenas a atualização sobre o cumprimento das datas do cronograma ora apresentado e eventuais ocorrências.

2. Exame dos Balancetes referentes aos meses de janeiro/22 e fevereiro/22.

O Sr. Claudio, representante da Gerência Contábil, apresentou ao colegiado os balancetes dos meses de janeiro e fevereiro, explanando sobre as maiores variações ocorridas e respondendo aos questionamentos do colegiado.

O colegiado questionou se os representantes da Auditoria Externa teriam alguma consideração a fazer e o Sr. Marcial discorreu que, avaliando os números apresentados os mesmos encontram-se dentro da normalidade nos meses de janeiro e fevereiro, entretanto, recebeu também o orçamento financeiro que já contém os valores de março e, como estamos no final de abril, seria ideal estabelecer um cronograma de fechamento das demonstrações financeiras para que todo mês fosse possível analisar o mês anterior, ou seja, este mês deveríamos estar analisando também o mês de março, pois dessa forma, qualquer providência ou decisão que precise ser tomada pode ser efetuada com mais tempestividade.

O Sr. Rafael, presidente do Conselho e os demais membros concordaram com o Sr. Marcial de que, a cada reunião, o colegiado deveria idealmente poder avaliar as contas do mês imediatamente anterior; que o colegiado solicitou ao Sr. Claudio que área contábil envide esforços no sentido de que para a próxima reunião de maio possam ser analisados os balancetes de março/22 e abril/22, afim de que a cronologia seja adequada; que o Sr. Claudio argumentou que muitas vezes depende de informações externas das áreas que são muitas vezes encaminhadas com atraso.

Fazendo uso da palavra a Srta. Lúcia Capela informou que utilizará a presente ata para reforçar esta solicitação a todas as áreas da empresa em forma de SEI, citando o comunicado 029/2020 — Encerramentos Contábeis e Tributários Mensais e reforçando as solicitações nele contidas;

O colegiado consigna para as finalidades do parágrafo anterior, que se faça chegar às áreas da companhia, por solicitação da Auditoria Externa e determinação do Conselho Fiscal que se faz necessário o cumprimento de prazos na entrega de documentos financeiros pela necessidade de fechamento de contas a tempo da avaliação pelo Conselho Fiscal no mês subsequente, para fins de cumprimento das obrigações acessórias e do cronograma de Auditoria Externa.

Por fim, tendo respondido satisfatoriamente todos os questionamentos formulados, o colegiado considerou as contas referentes aos balancetes de janeiro e fevereiro como aprovadas sem ressalvas.

3. Análise do Relatório da execução orçamentária relativa ao período de janeiro a março de 2022.

A Sra. Selma Quaresma, iniciou a explanação com o reporte sobre a conta Sistema; que a inflação acumulada no ano está em 2,95%; que a tarifa segue a R\$ 4,40, sem previsão de reajuste; que passageiros transportados subiu 17% no mês, porém, devemos considerar que o mês de fevereiro teve

um número menor de dias úteis; que os passageiros transportados em relação a março de 2021 o número subiu em 52%, porém, em relação a 2019, que foi um período pré-pandemia houve uma queda de 17%; que o número de passageiros continua se recuperando, porém,ainda são significativamente inferiores ao período pré-pandemia; que a receita de catraca e créditos eletrônicos um aumento de 30% no mês e recursos de PMSP que são de compensação tarifária e aqui englobando tanto subsídio, quanto Atende, tivemos um acréscimo de 1%; que quanto ao desembolso total tivemos um aumento de 17%; que o Atende possui atualmente 539 veículos de acordo com o contrato e segue com todos os pedidos atendidos; que a Sra. Selma discorreu ainda sobre outros itens referentes a conta Sistema, respondendo a todos os questionamentos do colegiado e da Auditoria Externa.

Na sequência, explanou sobre a conta Gestão, ou seja, do contrato de gerenciamento que a SPTrans tem com a Secretaria esclarecendo que, no mês de março houve um aumento de 8% na receita administrativa e operacional; que do contrato utilizamos 28,0 milhões; que em relação ao mês de fevereiro subiu em 6% o valor dos recursos; que o desembolso total no gerenciamento teve uma alta de 19%; que houve um aumento das despesas com pessoal devido ao pagamento de férias e da primeira parcela do 13º que a empresa antecipa para os que assim solicitaram, discorrendo a seguir sobre os demais itens planilhados e, respondendo a todos os questionamentos do Conselho Fiscal e Auditoria Externa.

Ao final da apresentação o colegiado agradeceu a excelente e esclarecedora apresentação efetuada pela Sra. Selma.

4.Ciência das Atas das Reuniões de Diretoria de Fevereiro/22 (004/22; 005/22; 006/22, e 007/2) e março/22 (008/22; 009/22; 010/22; 011/22 e 012/22).

A Srta. Lúcia Capela fez um breve relato sobre cada uma das reuniões informando o que segue:

Que a reunião do dia 08/02/22 tratou de vários assuntos: 1. autorização para assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o C40, que é um grande órgão internacional, que começou com 40 cidades e hoje tem mais de 100 e promove questões de sustentabilidade dentro da mobilidade; 2. Foi tratado sobre a operação especial Fórmula 1, onde foi deliberado sobre a forma de pagamento dessa operação e da operação Carnaval 2022 a fim de que fosse fechado junto a diretoria a forma de remuneração desses eventos; 3. Mediação de Conflitos entre a SPTrans e SPTuris referente ao valor de R\$ 50,0 milhões devidos à SPTrans por àquela Estatal, o que provavelmente será feito mediante ajuste contábil; 4. Outro ponto muito sensível trazido para esta reunião, ressalvando que não compete a SPTrans, mas que é relevante que o Conselho saiba refere-se a uma determinação do Tribunal de Contas do Município para a criação de uma Empresa Reguladora; que a Lei Municipal nº 13.241/01 determina que a prefeitura crie uma sociedade de economia mista para gerir as receitas e as despesas do sistema de transporte; que isso é feito pela SPTrans hoje, mas a lei fala que a prefeitura tem que criar uma empresa e que enquanto ela não criar essa empresa, a SPTrans fará essa atividade e agora veio uma determinação do TCM que em 06 meses se crie essa sociedade de economia mista; que não cabe mais recurso dessa decisão e o jurídico sugeriu que o assunto fosse encaminhado à SETRAM para alinhamento com a Secretaria de Governo para que deliberem o que a Prefeitura fará, ou cumprirá o que o TCM está determinando que é a criação dessa sociedade de economia mista ou que mandará um projeto de lei para a câmara para a revogação desse artigo pois, uma vez que o artigo seja revogado não mais existirá a obrigação da criação dessa sociedade de economia mista; que isso foi para governo e não temos ciência dos próximos passos; que esta é uma decisão do TCM que afetaria o funcionamento da SPTrans pois tiraria parte das funções da empresa, porém, a companhia não tem muito o que fazer quanto a isso; que cabe uma decisão política de mudança de legislação; 4. Outro item desta reunião foi o tratamento sobre as metas para o programa de participação dos resultados; que esta é medida que tem vigência de 01 de maio a 30 de abril e, muitas vezes as metas eram estabelecidas após o mês de maio, e assim, não havia como aferir, então este ano começamos antes e inclusive já fechamos as metas e elas já estão em Decap e JOF para aprovação; que segunda-feira, dia 02/05/22 já poderemos medir porque são essas as metas que teremos que cumprir para a participação nos resultados;

Na reunião do dia 17/02/22, não houve deliberações, somente outros assuntos: 1. A diretoria deliberou

pelo fechamento do posto Augusta; 2. Outro item relevante é a mediação da garagem Guido Caloi; que foi um pedido para que se levasse o assunto para o Consad que seria na sequência a aprovação da proposta; que a SIURB fez um viaduto nela sem a competente desapropriação e por esse motivo a SPTrans interpôs pedido de mediação; que nessa reunião de diretoria a proposta feita por SIURB foi acatada para encaminhamento de aprovação do CONSAD e posterior conciliação e homologação; a proposta era de pagamento de 18, 077 milhões como indenização dessa desapropriação indireta; 3. Outro item deliberado foi a regularização dos imóveis da SPTrans em posse da prefeitura; que temos vários imóveis dentro do nosso ativo imobilizado que estão em posse da prefeitura há muitos anos mas eles seguem não só no ativo imobilizado da SPTrans como no cadastro do registro de imóveis como propriedade SPTrans, sendo assim, foi solicitado à diretoria que autorizasse o pedido de instauração de mediação para que fosse feita a solução definitiva desses fatos, sem nenhuma indenização, porque não cabe indenização nesse caso em razão do tempo transcorrido, e a Diretoria Executiva autorizou; o pedido de mediação foi feito, mas estamos aguardando os próximos passos da PGM para tentar resolver esse assunto; 4. Outro item foi sobre o carnaval e como se daria a compensação dos empregados, pois há muitos anos essa data era considerada como feriado e eram pagas horas extras em um alinhamento com o CET;

Na reunião do dia 23/02/22: 1. Um dos itens mais relevantes tratados foi a RD para encaminhamento ao Conselho de uma alteração de regulamento interno de Licitações e Contratos onde tínhamos uma falha de texto, o que foi autorizado pela Diretoria Executiva e posteriormente aprovado pelo Conselho; 2. Representante da Assessoria de pesquisa apresentou pesquisa realizada referente à satisfação do usuário com o atendimento do bilhete único e afim de ela tomasse conhecimento da visão do público em relação à SPTrans; que houve um decréscimo de satisfação do usuário em relação ao nosso atendimento digital na comparação de 2021 em relação a 2020 ; 3. Data da primeira RD com a participação do Sr. Levi dos Santos, sendo assim, foi consignado em ata um agradecimento ao Presidente Valdemar Gomes de Melo pelos relevantes serviços prestados durante sua gestão.

Na reunião do dia 25/02/22: 1. Foi aprovado outro aditivo sobre o contrato com a Caixa no Terminal Itaquera, necessário para o cumprimento do Plano de Metas da Prefeitura 22/26;

Na reunião de 08/03/22: 1. A diretoria aprovou a proposta de remuneração para as operações especiais de Formula 1, Carnaval /22 e Lollapalooza/22. 2. A diretoria tomou ciência dos documentos sobre o CDI e aprovou o encaminhamento para o Decap.

Na reunião de 15/03/22: 1. Houve resolução de diretoria para recontratação dos estagiários cumprindo a cota legal; 2. Houve a aprovação para uma contratação de 43,0 milhões para processos de engenharia construtiva de apoio ao gerenciamento de responsabilidade da SPTrans, relativos a execução de projetos funcionais, básicos e executivos e licenciamento e autorizações ambientais de obras; que trata-se de um contrato relevante para podermos cumprir a quantidade de metas que a SPTrans tem de construção civil; 3. A diretoria autorizou um projeto de homenagem que vai ser feita durante aos empregados nos próximos 05 anos, que cada vez que um empregado completar um ciclo de 05 anos será homenageado.

Na reunião de 22/03/22: 1. Temos a aprovação para a prorrogação do contrato com a empresa Sodexo (vales alimentação e refeição), necessário para o cumprimento de cláusula do Acordo Coletivo; 2. Dentro do processo de controle e gestão de riscos a superintendência jurídica entendeu necessário fazer anualmente uma informação para a diretoria sobre os principais processos que entraram naquele ano e que podem trazer algum risco para a companhia; 3. A diretoria tomou conhecimento do CDI que foi aprovado pela JOF;

Na reunião de 25/03/22: 1. Foi aprovada a contratação de empresa para execução de obras complementares do corredor Leste Itaquera no valor de 37,0milhões e do corredor Leste Itaquera2 no valor de 5,0 milhões; 3. Foi feita a aprovação das contas do exercício para encaminhamento ao Consad.

5. Ciência do Parecer do Conselho de Administração – Consad referente às contas do exercício de 2021.

O colegiado deu-se por ciente sem ressalvas.

6. Ciência das Atas de Reunião do Consad nº 001, de 27/01/22; nº 002, de 22/02/22 e 003, de 22/02/22.

A Srta. Lúcia Capela fez um breve relato sobre cada uma das atas de reunião informando o que segue:

Que na reunião de janeiro houve a explanação da Sra. Selma Quaresma que coincide com a explanação feita pela Sra. Selma ao Conselho Fiscal; 2. Que foi discutido , com início em janeiro, o plano de participação dos resultados conforme determinação do Consad; 3. Que foram discutidas as metas para Participação nos Resultados na empresa e os Conselheiros também colocaram algumas métricas e questões que deverão ser seguidas nessa construção; Em 22/02/22, houve uma reunião extraordinária somente para alteração da composição da diretoria que foi com a posse do presidente Sr. Levi dos Santos Oliveira como Diretor Presidente, e o Sr. Valdemar Gomes de Melo mantendo-se na Diretoria de Planejamento de Transporte.

Em 22/02/22 houve ainda a reunião ordinária do Consad, onde: 1. o CAE relatou sobre o trabalho da Auditoria Externa; que a matriz de análise de risco da empresa estava com a análise completa; 2. que também foi pauta a reunião de mediação da garagem Santo Amaro, onde o Consad aprovou o acordo que foi firmado de 18,0 milhões, pagos parcelados em 04 anos e com a primeira parcela dividida em 12 meses e que no pagamento final a SIURB se compromete a fazer todo o ajuste cartorário, para que a SPTrans não fique com essa ressalva no final; que ao final do pagamento a SIURB vai fazer um procedimento para desmembramento da matrícula onde eles construíram o viaduto pois, a Companhia ainda tem uma garagem nesse local e por isso a matrícula terá que ser desmembrada por isso o acordo também tem esse compromisso; 3. Apresentação das propostas de metas para participação nos resultados, onde foram aprovadas 19 metas pela diretoria e Consad incluiu mais uma meta que era a melhoria da satisfação do usuário, que ficaram então 20 metas a serem cumpridas de 1º de maio a 30 de abril do ano que vem; que as metas foram divididas em 2 categorias: metas que melhoram os processos da SPTrans e metas que melhoram o serviço de transporte.

7. Aprovação da Minuta do Plano de Trabalho do Conselho Fiscal/2022 para posterior emissão definitiva e assinatura.

A Sra. Jesuina procedeu a leitura dos tópicos constantes da minuta do Plano de Trabalho do Conselho Fiscal/22 e o colegiado efetuou pequenas alterações, procedendo em seguida a votação, onde, por unanimidade, o mesmo segue aprovado pelo Conselho Fiscal para emissão definitiva após a inclusão das alterações propostas.

8. Aprovação da minuta do Regimento Interno do Conselho Fiscal para posterior emissão definitiva e assinatura.

O Sr. Rafael, presidente do Conselho Fiscal procedeu a leitura dos tópicos constantes da minuta do Regimento Interno e o colegiado efetuou pequenas alterações, procedendo em seguida a votação, onde, por unanimidade, o mesmo segue aprovado pelo Conselho Fiscal para emissão definitiva.

9. Encerramento da reunião.

Cumprida a pauta previamente estabelecida, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, diante da ausência de qualquer manifestação, esta reunião foi declarada encerrada às 12h55, para o devido registro, foi lavrada esta Ata, que, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Membros deste Conselho Fiscal presentes à reunião, para subsequente publicação.

RAFAEL BARBOSA DE SOUSA

Presidente do Conselho Fiscal

PATRÍCIA DI DONATO FIRMINO

Membro do Conselho Fiscal

RICARDO GESIAUSKAS

Membro do Conselho Fiscal



Rafael Barbosa de Sousa Usuário Externo Em 27/05/2022, às 16:51.



Patrícia Di Donato Firmino Conselheiro(a) Fiscal Em 28/05/2022, às 15:48.



Ricardo Geciauskas Conselheiro(a) Fiscal Em 03/06/2022, às 12:32.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processos.prefeitura.sp.gov.br, informando o código verificador **064356455** e o código CRC **4E1A0325**.

Referência: Processo nº 5010.2022/0007285-1

SEI nº 064356455